

REPRESENTAÇÕES DA PENÍNSULA IBÉRICA MEDIEVAL NOS LIVROS DIDÁTICOS: OS (DES)COMPASSOS ENTRE A ESCOLA E A ACADEMIA?*

Marcelo Pereira Lima **

Recebido em: 01/06/2012
Aprovado em: 29/06/2012

Resumo: *O objetivo desse artigo é discutir como a Península Ibérica Medieval tem sido representada nos livros didáticos contemporâneos. Para tal, concentrei a análise nas perspectivas particulares de cinco obras produzidas para o ensino fundamental, procurando pensar criticamente as seções dedicadas à Idade Média, em geral, e as ligadas direta ou indiretamente à Península Ibérica Medieval, em particular. No fundo, desejo pensar também como os saberes acadêmicos e escolares se (des)articulam em textos voltados à princípio para um público das instituições escolares.*

Palavras-chave: *Península Ibérica, Idade Média, Livro Didático*

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer pelo convite em participar da V Semana de História da UFBA. É sempre bom saber que os(as) alunos(as) estão empenhados em efetivamente trocar ideias e, acima de tudo, discutir determinadas temáticas sobre o nosso campo de reflexão e atuação.

Em segundo lugar, gostaria de justificar a escolha do título. Quando chamei essa apresentação de “*Representações da Península Ibérica Medieval nos livros didáticos: os (des)compassos entre a escola e a academia?*” queria combinar duas preocupações. Por um lado, não queria deixar de falar sobre um campo que me é caro, isto é, a medievalística. Porém, por outro lado, queria integrar esse campo historiográfico a outra preocupação que considero inseparável do ofício de professores e pesquisadores dedicados à História, ou seja, pensar criticamente o livro didático. Essa escolha é recorrente na minha formação, porque, mesmo caminhando para a especialização na academia, fazendo mestrado e doutorado, não deixei de atuar durante muito tempo nos ensinos fundamental e médio. Então, a minha perspectiva tem um lugar de produção do discurso que está localizado nas relações complementares, muitas vezes dinâmicas e

* Esse artigo foi apresentado na V Semana de História da UFBA, cujo tema foi História e Educação. Esse evento foi organizado e promovido pelo corpo discente da universidade entre os dias 17 e 21 de outubro de 2011 na FFCH. O objetivo foi servir de fórum de discussão para os estudantes e professores pensarem acerca do curso de História e da conjuntura educacional do país. Entre os vários tópicos, foram discutidos temas tais como currículo, ensino, pesquisa, diversidade cultural e educação etc.

** Prof. Adjunto de História Medieval da UFBA.

múltiplas, mas às vezes também tensas entre a pesquisa e a docência.

Por isso, pensei em dividir minha apresentação em duas partes. Na primeira, pretendo (re)pensar um pouco com vocês sobre as relações entre algumas concepções de História que foram consideradas inovadoras, apresentando algumas questões relacionadas ao estado dinâmico das pesquisas sobre a medievalística contemporânea no Brasil. Não se trata de uma exposição exaustiva sobre o estado em que se encontra o campo, mas sim uma espécie de esquema geral de como vejo algumas mudanças metodológicas das últimas duas décadas. O objetivo é construir um parâmetro mais ou menos artificial para comparar com a produção didática a qual tive acesso. Na segunda parte, sem dúvida, mais exemplificadora, gostaria de pensar junto com vocês os (des)compassos entre os livros didáticos e a produção acadêmica, entre as escolas e as academias. Para isso, como precisamos de um eixo de análise, usarei o exemplo das representações da Idade Média e da Península Ibérica Medieval nos livros didáticos produzidos no Brasil na passagem do século XX para XXI.

A escolha desse período não foi arbitrária, pois ele coincide mais ou menos com a consolidação da medievalística no Brasil e sua subsequente apropriação sistemática nos livros didáticos. Faço uma outra ressalva antes de continuarmos: embora tenha trabalhado com muitos outros títulos ao longo da minha experiência no magistério, como fiz uma análise mais aprofundada sobre 5 livros didáticos, com propostas, alcances e valores muito desiguais, os exemplos particulares destacados devem ser pensados aqui muito mais como uma base dispersa para hipóteses interpretativas do que referências típicas do estado da questão. Portanto, não podem ser generalizadas sem maiores pesquisas comparativas.

“Descolonizando” o livro didático

Desde o final do século passado, o campo da História tem passado por diversas mudanças, ora seguindo parâmetros paradigmáticos iluministas e/ou estruturalistas, ora referências pós-modernas e/ou pós-estruturalistas. Em se tratando do Brasil, além das perspectivas marxistas e outras orientações historiográficas, o legado da *Escola dos Annales* deixou marcas dignas de nota em termos muito mais metodológicos do que teóricos.¹ É claro que no Brasil nem todas as orientações das três gerações dos *annalistes* foram adotadas em sua integralidade, pois elas também sofreram adaptações.

A grosso modo, sabe-se que esse movimento reagiu contra uma História suposta ou efetivamente factual, narrativista, por vezes, personalista, mas igualmente focada nos “grandes” acontecimentos político-militares e na dinâmica do Estado Nacional. Por vezes, ela se baseava em uma perspectiva realista acrítica fundamentada preferencialmente em fontes oficiais e escritas, baseando-se no tempo curto e buscando as origens e motivações monocausais para eventos históricos.

Diante disso, propôs-se uma História que pudesse não só descrever, narrar e lembrar, mas que também tivesse condições efetivas de analisar, interpretar e explicar os fenômenos individuais e coletivos. A ênfase não era mais os acontecimentos em si mesmos, tomados isoladamente, mas o que eles poderiam nos mostrar em termos de experiência de vida sócio-cultural, religiosa, política, econômica, demográfica etc. De uma forma interdisciplinar, dialogando primeiro com a sociologia, a economia e a demografia, e depois com a linguística, a antropologia, a ciência política, a psicologia social, entre outras áreas, a História passou a valorizar cada vez mais as múltiplas temporalidades, as complexas interações entre escalas de observação micro e macro-históricas, valorizou o cotidiano, a multiplicidade de motivações, tendências, condições, contextos e processos, diversificando o interesse por vários tipos de fontes históricas e por uma maior pluralidade de sujeitos históricos.

Em maior ou menor grau, essas mudanças alcançaram a medievalística brasileira. Apesar da influência de outras correntes nacionais e internacionais, a historiografia francesa teve um sobrepeso considerável na orientação e escolha de temáticas, abordagens, recortes geográficos e cronológicos etc. Em parte, em função do peso que medievalistas franceses, como Marc Bloch, Le Goff e George Duby, entre outras referências, tiveram na historiografia brasileira, é fácil entender a paulatina apropriação de parâmetros francófilos, mesmo quando os recortes geográficos não recaíam sobre uma História da França.²

Embora esse esquema corra o risco de esconder a complexidade, sublimar outras tendências alternativas e estilizar as mudanças historiográficas corridas desde o século passado, ele tem a vantagem de criar uma unidade artificial para podermos comparar o que foi produzido pela medievalística brasileira com o que foi elaborado pelos livros didáticos sobre medievo peninsular, cujo uso foi recorrente no ensino de História no Brasil das últimas duas décadas.

Em um artigo dedicado às relações entre ensino de História e Idade Média, José Rivair Macedo afirmou que “ao falarmos de Europa Medieval tratamos quase sempre de França, Inglaterra, Alemanha e Itália” (MACEDO, 2004, 115). Com isso, o autor não somente questionou a hegemonia de determinadas referências temáticas ligadas a essas regiões, como também propunha a necessidade de descolonização do ensino de História por meio da transformação da Península Ibérica em uma espécie de “núcleo gerador de consciência histórica” (MACEDO, 2004, 116).

Como aponta o autor,

Desse modo, repensar o ensino da Idade Média implica, em primeiro lugar, na reflexão sobre a propriedade de continuarmos a transferir conhecimentos relativos a uma Europa que, na verdade, se restringe à parte ocidental (França, Inglaterra, Alemanha, Itália) daquele continente, mantendo em segundo plano os dados relativos ao Norte (países escandinavos), o Leste (países eslavos) e a Península Ibérica (Portugal e Espanha). Para nós, faz muito sentido compreender a formação dos povos ibéricos, pois isso nos permite compreender melhor nossas características herdadas, parte de nosso modo de ser e de pensar. Tendo isso em mente, aliás, o ensino de História Medieval ganha outra dimensão (MACEDO, 2004, 115-116).

Apesar das mudanças dos últimos anos, é ainda essa relativa marginalidade de referências à Península Ibérica Medieval que tem predominado no conjunto da produção de conhecimentos históricos veiculados pelo ensino de História. Como parte desse processo, os livros didáticos também são influenciados por uma dupla limitação, ora representando a Península Ibérica como uma região deslocada e ignorada, ora sendo englobada e interpretada à luz de outras regiões consideradas um padrão modelar e recorrente de Idade Média.

O medievo peninsular em alguns exemplos de livros didáticos

Como já é sabido, o texto escrito tem sido parte importante nas estratégias de ensino não somente na academia como também no ensino básico.³ Neste último caso, na forma de livro didático, ele tem viabilizado a (re)produção e (re)apropriação de saberes, de experiências, de identidades e de memórias históricas e historiográficas, constituindo uma espécie de encruzilhada ou entrecruzamento de tradições. Por diversas vezes, os livros didáticos são quase os únicos materiais utilizados em sala de aula dos ensinos fundamental e médio, sendo, inclusive, um dos suportes privilegiados para o

acesso dos corpos docente e discente a outros textos de procedências diversas (jornais, revistas, poesias, romances, leis, textos historiográficos etc.). Dada as especificidades da formação docente e a elevada carga horária dos(as) professores(as) na rede de ensino em muitas regiões brasileiras, o livro didático frequentemente passou a ser uma das referências importantes para a formação do professor, servindo para a preparação de aulas, consulta e, claro, para a construção e manutenção de determinadas concepções de tempo, espaço e sujeitos históricos.

Até certo ponto, como disse antes, o livro didático está localizado na dinâmica da elaboração de saberes docentes e discentes, viabilizando a produção e reprodução de certas tradições historiográficas.⁴ Isso tem afetado a maneira como têm sido produzidos os saberes historiográficos sobre o medievo, em geral, e o peninsular, em particular.⁵ Sabe-se que há uma Idade Média mítica e fantasiada que transita pelo senso comum por meio do cinema, da televisão, dos HQs, dos desenhos animados, dos jogos eletrônicos etc.,⁶ mas há também um medievo presente na cultura escolar por meio dos livros didáticos, reiterando tradições renascentistas, iluministas e/ou românticas, já longamente questionadas pela escrita da História dos séculos XX e XXI, embora está tenha sido lugar de manutenção daquelas tradições (FRANCO JUNIOR, 2001, 11-18).

Posso citar alguns casos particulares de obras que (re)produzem e/ou questionam, mesmo que implicitamente, essas tradições. Escolhi as seções dedicadas ao medievo de cinco livros didáticos. Trata-se das seguintes obras: a *História & Vida Integrada*, dos irmãos Nelson Piletti e Claudino Piletti (PILETTI; PILETTI, s.d., p. 9-70), a *Nova história crítica*, de Mario Furley Schmidt (SCHMIDT, 1999, p. 206-69), a obra *Navegando pela História*, das autoras Silvia Panazzo e Maria Luísa Vaz (PANAZZO; VAZ, 2002, p.7-106), o livro *Saber e fazer história*, de Gilberto Cotrim (COTRIM, 2002, p.10-72) e, por último, o texto *Uma história em construção*, organizado por José Rivair Macedo e Mariley W. Oliveira (MACEDO; OLIVEIRA, 1999, 107-207). Como disse na introdução, esses casos não podem ser tomados como exemplos típicos de como todos os livros didáticos da passagem do século XX para o XXI no Brasil produziam saberes sobre o medievo, em geral, e a Península Ibérica Medieval, em particular, porém devem ser considerados como exemplos particulares e qualitativos da maneira como a medievalística é construída à meio caminho entre os discursos e saberes escolares e a historiografia, entre a escola e a academia.

Vamos aos casos, então. O texto *História & Vida Integrada*, dos irmãos Nelson Piletti e Claudino Piletti, é o primeiro exemplo. Os autores reservam 7 capítulos dedicados ao período medieval, computando cerca de 61 páginas. Neste caso, temos o capítulo 1 (O feudalismo na Europa); o capítulo 2 (O império Carolíngio), o capítulo 3 (O poder da Igreja católica no mundo medieval), o capítulo 4 (A cultura europeia medieval), o capítulo 5 (As Cruzadas), o capítulo 6 (O comércio e as cidades transformam a Europa) e, por fim, o capítulo 7 (A construção do poder nas monarquias europeias).

Com o intuito de tornar acessível e atualizado o material didático, os autores usam diversos trechos de fontes impressas e iconográficas, bem como de textos historiográficos. Há um claro exclusivismo de exemplos franceses, ingleses, alemães e italianos. Assim, os Piletti retiram as referências documentais de outros textos historiográficos, de outros livros didáticos, de grandes coletâneas dispersas ou de obras de síntese de cunho universalista, todas sempre adaptadas. Com uma perspectiva sincrônica e teleológica, que busca caracterizar a sociedade medieval em uma única tacada, os autores reproduzem uma série perspectivas tradicionais sobre o medievo em geral, diluindo ou silenciando referências específicas sobre a Península Ibérica Medieval.

Por exemplo, ao tratar do tema da passagem da Antiguidade para o Medievo, os autores, além de não questionarem detidamente o termo “Idade das Trevas”, chegando a mostrar que essa noção teria surgido no Renascimento, dizem que os alunos deveriam chegar às próprias conclusões depois da leitura do texto sobre esse caráter negativo do medievo (p. 9). Embora seja algo frequentemente questionado pela historiografia contemporânea, o texto dá destaque para a busca da “origem” do mundo feudal, que é associado ao processo de ruralização e fragmentação do Império Romano. Os autores não utilizam a ideia de “queda” ou “decadência”, já extensamente problematizada e relativizada pela historiografia,⁷ porém, numa clara adesão a uma perspectiva estruturalista, eles se apropriam da noção de desagregação, sem explicar o que entendem por esse termo (p. 10). Na página 33, é a noção de desestruturação que é usada para falar das transformações que o Império Romano sofreu. Até aqui, a única referência surda à Península Ibérica está em um mapa quando se destaca os reinos germanos. No entanto, os autores não chegam a comentar nada sobre como estava essa

região no período destacado e logo passa para o tema da caracterização geral do feudo (p.10).

Além de considerar a sociedade tripartite (o clero, os cavaleiros e camponeses) como uma espécie de evidência histórico-sociológica-descritiva, e não como representações sociais (p.12), os Piletti discorrem longamente sobre o Império Carolíngio. Eles retornam narrativamente ao primeiro século de nossa era, usando mapas e quadrinhos, justificando o estudo sobre o reino franco em função do entendimento do surgimento e consolidação da sociedade feudal (p. 19). Tratam dos principais “homens”, da biografia de Carlos Magno, e da relação entre reino e educação (Renascimento Carolíngio). Não questionam o caráter elitista e governamental da montagem do ensino carolíngio nas catedrais e palácios, mas discorrem sobre a fragmentação do Império, destacando, de uma forma altamente personalista, o caráter cristão do rei. (p.21-22) Curiosamente, os visigodos são citados como mais um povo dominado pelos francos (p. 20) e o norte da “Espanha” é mencionado como parte do Império Carolíngio (p. 21). Em um claro paralelismo anacrônico e desconexo, a “Espanha” é mencionada através de um texto contemporâneo da Revista Veja de 2000 para se falar da dominação de um povo sobre o outro, comparando o domínio dos romanos sobre os gauleses, os romanos e Axterix. A luta de Asterix, a personagem de História em quadrinhos, é diretamente associada ao estereótipo de resistência das ações do grupo basco ETA. O *link* constitui algo arbitrário e associado à hipótese de que os “bascos” teriam surgido supostamente na Antiguidade. Nenhuma relação com os carolíngios foi feita, claro, mesmo sendo este o assunto principal do capítulo (p. 24). Ao tratar das relações entre os vikings e o Império Carolíngio, os autores fazem uma referência à Península Ibérica que se resume a uma menção no mapa sem nenhuma explicação adicional (p. 25).

Na seção dedicada à Igreja Medieval, esta é vista como uma instituição poderosa e capaz de manter a unidade política, religiosa e cultural. Mas isso é encarado como uma espécie de dado histórico, um ponto pacífico, e não um esforço ligado a amplos e complexos processos de relações de poder tais como a conquista, resistência, disputa e negociação (p. 27). Os autores trabalham com a ideia de que as propriedades da Igreja não eram divididas, pois, como é obvio dizer, pertenciam à instituição, mas não dão maiores explicações para essa condição de grande proprietária de terras (p. 28) Os

Piletti misturam as ordens beneditinas, dominicanas e franciscanas, colocando no mesmo cadinho institucional que os mosteiros (p. 28), e ainda destacam a importância das abadias, a questão das heresias e a expansão do catolicismo no século XI (p. 30). Para ligar a Idade Média à Contemporaneidade, pelo prisma do paralelismo automático, o texto aponta a religiosidade brasileira híbrida, dinâmica e plural, especialmente na relação com o herança monoteísta legada do medievo, a crença na vida após a morte etc. (p. 31).

Nenhuma referência ao papel da Igreja na Península Ibérica é feita. É relevante destacar que os autores, mesmo escolhendo textos sobre a Inquisição Ibérica na bibliografia citada, preferem simplesmente descrever a fundação do Tribunal do Santo Ofício, em 1252, por Inocêncio IV, mas nada dizem sobre seu impacto na Península Ibérica conforme sugere o livro adaptado pelos próprios autores. Sem margem à dúvidas, a preocupação com o genérico suprime a relação com a região da Península Ibérica (p. 32).

Na parte dedicada à “cultura medieval” (no singular), os autores criticam a associação renascentista entre Idade Média e as noções de “trevas”, “ignorância” e “obscuridade”. Para isso, eles tratam da produção escrita nos mosteiros e catedrais, que teriam preservado os textos gregos e romanos (p. 34), e apontam que havia um interesse maior pela teologia-filosofia para discutir muito mais as coisas de Deus do que as da Natureza, sem explicar a razão disso (p. 35). São elencados autores, tais como Agostinho e Tomás de Aquino (há um vazio entre eles?), para a temática das relações entre fé e razão, e destacam as artes românica e gótica (p. 35). Tudo isso para explicitar que a Idade Média teria produzido “cultura” e, portanto, supõe-se, seria digna análise. É quase desnecessário dizer que o papel da Península Ibérica nesse processo é simplesmente ignorado. Ela teria produzido “cultura”?

As cruzadas foram outro tema elencado, porque teria contribuído para a manutenção da ordem social medieval. Mas elas teriam ajudado a mudá-la também (p. 40). Há um salto forçado entre os conflitos estabelecidos entre judeus e palestinos, após a Segunda Guerra Mundial, e a Idade Média. Esta aparece somente como ilustração de uma palestina multicultural, e nenhuma orientação é feita para se fazer tais relações (p. 42) Faz-se outra vinculação entre as Cruzadas e o feudalismo, enfatizando as razões econômicas, sociais, políticas e militares que as teriam motivado (p. 42), mas se

reproduz a ideia já tradicional de que as cruzadas tiveram pouco êxito no seu objetivo principal, mas viabilizou a possibilidade da Europa despertar de seu suposto “sono feudal” (isolamento, economia autossuficiente, pouco comércio, economia em espécie etc.). Embora os autores tenham se interessado em demonstrar o ponto de vista dos muçulmanos sobre as “invasões” dos ocidentais, chamados de “franjs” (p. 47), em nenhum momento associa-se e diferencia-se as Cruzadas e a “Reconquista”, nem tão pouco demonstram como a população, as monarquias e as instituições eclesiásticas envolveram-se nesse processo na Península Ibérica (p.42).

No que tange ao desenvolvimento do comércio e das cidades, os autores enfatizam que as cruzadas tiveram um papel fundamental nesse processo, porém não disponibilizam outras razões, descrevendo suas características sincrônicas (burgos, burgueses, corporações de ofício, comércio entre Oriente e Ocidente, rotas comerciais, etc). Coloca-se os “burgueses” como um grupo motivado por interesses exclusivamente monetários (p. 50-51). A Península Ibérica é representada no mapa, entretanto, não há nenhuma referência escrita sobre ela (p. 51). A vida nas cidades é mencionada em comentários gerais e os exemplos franceses são usados, seguindo as ideias de Jacques Le Goff, (p. 54). Há uma associação simplista entre as escolas e universidades medievais com as atividades mercantis e urbanas. Além de reproduzir a visão tradicional de oposição entre as atividades artesanais e mercantis, de um lado, e o mundo rural e feudal, de outro, em última instância reafirmando a dicotomia entre progresso e atraso, nenhum centro de estudos ou universidade da Península Ibérica foram citados, pois deu-se destaque para Paris, Pádua, Toulouse, Bolonha, Cambridge e Nápoles (p. 54).

Somente no último capítulo, no capítulo 7, é que se cita Portugal e Espanha, porém se faz isso para tratar das monarquias e do processo de centralização política. Privilegiando a Baixa Idade Média, o recorte é político e teleológico, visto que se pretende esclarecer uma espécie de modernidade do processo de expansão comercial e marítima, ou melhor, o protagonismo português e espanhol nas conquistas coloniais, por meio de suas supostas “origens” medievais (p. 58). No primeiro parágrafo, da página 58, por exemplo, isso fica claríssimo, um vez que teria havido um processo de substituição das ditas “monarquias feudais” pelos Estados Nacionais modernos e centralizados na França, Inglaterra e Castela.

Tal processo é visto como um dado genérico a partir do século XI. Faz-se uma menção à aproximação entre reis e burgueses contra a nobreza, já que isso seria uma espécie de prelúdio para se explicar o poderio da “burguesia” como poder político e econômico na modernidade (p. 58). Para todos os reinos, a linearidade temporal é uma das características. Na França, por exemplo, se destaca a unificação territorial, submissão da nobreza, unificação da moeda, concessões de privilégios à burguesia francesa, submissão da Igreja (p. 60). O corte é baseado nos períodos de governos dos reis (p. 60). Sobre a Inglaterra, os autores demonstram o corte cronológico baseado nos governos dos reis (perspectiva personalista) e enfatiza a constituição do parlamento inglês sem deixar de afirmar o relativo poderio central. Finalmente, Portugal foi citado como um dos “primeiros países da Europa a consolidar um governo forte, centralizado na pessoa do rei” (p 62). A formação da monarquia portuguesa foi colocada como um processo contínuo resultante quase exclusivamente da Reconquista dos territórios antes ocupados pelos árabes islâmicos que ocuparam a Península desde o século VIII. Os “árabes”, portanto, são vistos como um bloco homogêneo e a Reconquista um processo contínuo, unilateral e assumido por todos os reinos cristãos peninsulares e empreendido principalmente a partir do século XI. A perspectiva é em tudo personalista, visto que se fala da atuação de Henrique da Borgonha, do casamento com a filha de Afonso VI (não é citado o nome dela), do filho Alfonso Henriques e a formação do reino de Portugal, em 1139, rompendo os laços de submissão com Leão e Castela (p. 64). Do século XII, dá-se um salto para o século XIV, quando o mestre de Avis assume o poder depois que Fernando, o Formoso, morre sem herdeiros (p. 64). No caso da monarquia espanhola, a abordagem é ainda mais simplificada, destacando-se apenas os reinados de Fernão de Aragão e Isabel de Castela, e o de Carlos I. Tudo isso regado a um contexto genérico do processo de Reconquista!

O segundo texto a ser analisado é o do Mario Furley Schmidt, *Nova história crítica*. O texto dedica diretamente dois capítulos para a Idade Média (capítulo 17, intitulado “A Idade Média” e, de forma complementar, o capítulo 18, “Cultura Medieval”. Curiosamente, os capítulos 16, “O Império Bizantino”, e o capítulo 15, “O Islã” não são, no índice e no texto como um todo, associados explícita e diretamente à Idade Média.

No capítulo sobre “O declínio do Império Romano”, o autor cita palidamente os

visigodos entre os povos que deram “origem” aos europeus. Coloca-se esse fenômeno como um casamento entre povos germânicos e romanos numa linha reta em termos temporais (p. 209). Além de reproduzir uma perspectiva personalista, que dá ênfase a personagens tais como Átila e Leão I), ele reproduz um factualismo político relacionado com a chamada “queda” do Império Romano marcado pelo fetiche do ano de 476 como marco histórico. Sobre a oposição e integração dos bárbaros ao Império, Schmidt aponta que o império morre, os germanos matam, roubam, pilham, mas querem se integrar ao Império. A perspectiva do autor é um misto de etnocentrismo, anacronismo e associação de uma concepção biológica do tempo confundida com o tempo histórico.

No subtítulo “A queda do Império Romano”, depois de dizer que os bárbaros ficaram cada vez mais ousados e o Império Romano mais fraco, e apesar das negociações, o autor aponta que os germanos deram vários golpes enfraquecendo o Império. Na ocasião, para reforçar as motivações externas para a “queda” do Império, cita um trecho sobre os visigodos, destacando somente o deslocamento e ocupação geográfica correspondente à “Portugal” e “Espanha”. Não questiona sequer esses termos, embora o autor aponte a *Hispania* em um mapa representando a geografia do século IV (p. 210).

Mesmo considerando como herdeiros dos gregos, o autor aponta, sem maiores explicações, que os romanos eram um povo prático e, apesar de terem produzido poesia, não desenvolveram a filosofia. Por isso, segundo o autor, eles teriam sido imbatíveis na construção de prédios, cúpulas de tijolos e pedras, pontes, estradas e aquedutos. Embora o autor não dedique nenhuma consideração qualitativa à Península Ibérica, há uma referência iconográfica dispersa dos aquedutos na “Espanha”, em Segóvia, como exemplo das herança arquitetônica romana. A administração pública e o direito romano foram vistos a partir dessa dicotomia estanque do “pensar e fazer”. Associa isso à unidade linguística, pois, para o autor, os romanos foram os primeiros a unificar a “Europa” pela língua. A partir de uma visão claramente teleológica, tal unificação preludiaria indiretamente a União Europeia (p. 211-212).

O texto complementar demonstra que o estado da questão gera divergências e variação de interpretações. Apesar do autor dizer que não haveria decadência geral e existiria vários fatores para explicar a chamada “queda” e o surgimento do medievo, já que a vida cultural seria vigorosa etc., no corpo do texto, o autor faz sua escolha

analítica, baseando-se em uma perspectiva dicotômica, anacrônica e linear. Nos exercícios da seção “Reflexões Críticas”, há um *link* estabelecido entre bárbaros=mendigos=ladrões=imigrantes X romanos=norte-americanos, reduzindo esse paralelismo comparativo e estanque às questões de diferenças sociais e culturais (xenofobia) (p. 215).

A seção dedicada ao Islão está repleta de associações dispersas com a Península Ibérica. Além de menções surdas sobre “Portugal” e “Espanha” em um mapa (p.217), existem referências acerca da geografia da expansão na Península Ibérica e no sul da Gália. Para demonstrar o papel “árabe” no plano da criação técnica, o Schmidt faz diversas menções aos instrumentos de navegação, tais como bússola e astrolábio, ligados à ciência “árabe” e incorporados e repassados aos “portugueses” e “espanhóis” (p. 225). Neste mesmo aspecto, há uma indicação da relação dos árabes muçulmanos com a metalurgia e chama-se a atenção para a cidade de Toledo, dizendo-se que as espadas muçulmanas produzidas lá eram superiores às “europeias” (p. 223). Nenhuma análise foi feita sobre esses aspectos.

Ao lado das técnicas, há considerações à língua árabe espalhada por toda a Península Ibérica pelas invasões muçulmanas, sem nenhuma explicação adicional e baseando-se numa espécie de difusionismo humano e linguístico, sem conflito ou variação (p.225). Apesar de reconhecer as contribuições linguísticas do árabe, o texto complementar “Os árabes e o português” reforça uma espécie de linearidade e ahistoricidade da relação entre o português e o árabe em Portugal.

Nas páginas 226 e 227, a seção intitulada “A ibéria muçulmana” é um dos poucos lugares dedicados mais diretamente às relações estabelecidas entre a construção da expansão muçulmana e a Península Ibérica. O texto não trata de como a conquista muçulmana se deu, suas razões políticas, econômicas, religiosas, culturais, militares etc. internas e/ou externas, pois ele está preocupado em “desmistificar” os conflitos entre árabes e judeus, dizendo anacronicamente que esses povos eram “primos” e tinham o “mesmo sangue”. Para Schmidt, a Espanha Muçulmana está palidamente associada ao período medieval, já que houve trocas culturais mútuas, períodos de paz e desenvolvimento intelectual. Cita dois pensadores muçulmanos e um judeu na Ibéria e os motivos para o conhecimento grego chegar à Europa. Fica a impressão de que estudar a Península Ibéria só tem relevância, porque serviu de veículo histórico para a

Antiguidade Clássica. Uma nova dicotomia é lançada: de um lado, haveria o mundo muçulmano marcado por trocas mútuas, de outro, a Europa fanática. O autor não explica a variação e a historicidade dos conflitos, os acordos e as trocas multilaterais e esquece que as interações socioculturais não excluía as tensões e não possuíam a mesma dinâmica que as trocas comerciais (p. 226-227). Na página 228, depois que o autor menciona a fragmentação do mundo muçulmano, há uma perspectiva continuísta e nacionalista baseada na ideia de que os “espanhóis” expulsaram os “árabes” em 1492. Apesar de pretender lutar contra as discriminações e desnaturalizar a ideia de talento nato entre os povos, ele acaba ahistoricizando a Espanha Muçulmana. Ele se apropria de uma perspectiva tradicional de Hilário Franco Junior que dicotomiza hipoteticamente os árabes semibárbaros e os bizantinos (civilização e barbárie). Além disso, apesar de mostrar as características sociais, políticas, religiosas e culturais de mil anos de “influência” bizantina no Oriente e no Ocidente, o autor praticamente não demonstra como o Império Bizantino se fez presente na Península Ibérica.

Nas seções diretamente dedicadas à Idade Média, Schimdt reproduz a cronologia tradicional considerando o medievo como um período que vai do século V ao XV, que teria se iniciado com “queda” do Império Romano. Destaca ainda a perspectiva de que a Idade Média foi uma “civilização” que misturou a cultura greco-bizantina, romana, cristã e bárbara. Para o autor, a Europa Medieval foi uma mistura de ingredientes, cujo “recheio” teria sido a atuação do cristianismo. Além de dicotomizar determinados grupos sociais, sem maiores explicações (servos *versus* senhores), Schmidt associa diretamente a Europa Feudal, o Feudalismo e a Idade Média. Os termos são praticamente sinônimos na perspectiva do autor (p. 242-243).

Apesar de enfatizar, para o século VIII, as regiões que estavam sob a influência do Império Bizantino, do Papado, do Império Carolíngio e do Califado de Córdoba, a ênfase foi dada ao Império Carolíngio, em uma preferência implícita pela historiografia francesa, que marginalizou, por muito tempo, a Península Ibérica, considerando-a periferia a cristandade (p. 243).⁸ Por isso, de forma semelhante à obra dos Piletti, a “Espanha” mais uma vez é citada como uma das conquistas da política expansionista de Carlos Magno (depois de Carlos Martel e Pepino) (p. 234). O autor ainda reitera a visão da existência de latifúndios autossuficientes em que os senhores de terra são “senhores absolutos”, pois não precisavam trocar com ninguém e não obedeciam ao rei, apesar dos

laços de vassalagem (p. 245-246).

No texto, é enfatizada a ideia de que a Igreja era uma instituição sólida, organizada, muito respeitada e que quase todos os habitantes da Europa foram convertidos ao cristianismo. Identifica-se ainda o Cristianismo à Igreja, ambos vistos como algo homogêneo. Para o autor, o cristianismo e a Igreja são vistos de forma monolítica, cujo a liderança pertencia ao bispo de Roma, que foi chamado pelo autor de “rei de Roma”. Nos dois primeiros parágrafos da página 247, aponta-se uma ideia de uma Igreja poderosa e até, diríamos, tentacular (p. 247)

O autor relativiza a noção de que a Idade Média foi exclusivamente um período de guerras, pestes, fome, exploração e miséria de milhões de camponeses. Ela, para ele, teria sido uma fase histórica de criatividade e que teria produzido novas maneiras de pensar, agir, de sentir e gostar, mas autor não diz quais criatividade foram essas (p. 247). Reproduz-se a visão de que várias esferas sociais, a partir do século V, foram construídos do “encontro” pacífico entre povos. As noções de “alteridade” e “origem” ligadas à Idade Média ficam subentendidas, mas não se explica como a diversidade se (des)combina com a possibilidade de unidade civilizacional. Vejamos o trecho:

*A Idade Média foi **uma época muito interessante e variada**. Se a compararmos com os dias de hoje, as pessoas tiram uma maneira muito diferente de viver e pensar a realidade. Por outro lado, **muita coisa do que somos hoje nasceu exatamente no seio da civilização medieval** (Grifos nossos. SCHMIDT, 1999, p. 247).*

A identificação entre Idade Média e Feudalismo fica evidente na ótica do autor. O feudalismo foi visto como uma maneira típica da Idade Média de organizar o trabalho e a produção, e seria caracterizado pela economia agrária, com “classes” sociais poderosas, que eram proprietários de feudos identificados com a terra, o latifúndio, e a terra seria formada por aldeias camponesas, castelos amuralhados etc.) (p. 248). Há uma associação direta dos servos com os camponeses, e a reprodução da ideia de que haveria aqueles que exploram e outros que são explorados, exemplificando-se a submissão camponesa pelo pagamento de “impostos” aos senhores (p. 250).

Para o autor, o comércio ficou sufocado com o domínio muçulmano. Para o autor, o feudo era quase fechado e o comércio teria ficado bastante apagado entre os séculos X e XI. Os senhores feudais eram figuras incontestes, assumindo papéis de uma espécie de mini-reis! (p. 250). O autor diz que a mesma fidelidade que existia entre os

nobres suseranos e os seus vassallos (nobres menores) eram a mesma que havia entre o nobre e o servo, confundindo relações feudo-vassálicas com servidão. É uma história que tem conflitos, sem dúvida, mas eles são pensados como lutas de classes e a partir de uma perspectiva marxista desatualizada, pois não incorpora sequer as mudanças que essa orientação teórico-históricográfica sofreu nos últimos anos. Apesar de admitir a existência das revoltas dos “servos”, Schmidt diz que eles frequentemente não se revoltavam contra a ordem vigente, porque tinham medo da espada e da cruz, do poder bélico dos nobres e do inferno propagandeado pela Igreja. Retoma a noção medieval da sociedade tripartite, mas não faz nenhuma ressalva sobre seu caráter discursivo e simbólico (p. 250-252). A sociedade das três ordens seria uma evidência sociológico-descritiva.

Mais uma vez, o autor representa a Igreja como uma instituição tentacular, com poderes econômicos e culturais avassaladores. A importância do “espírito religioso do homem medieval” é destacada e as cruzadas são vistas como um poderoso exército religioso homogêneo organizado para salvar a Terra Santa dos infiéis árabes. Sem maiores explicações, os judeus, diz Schmidt, que viviam com seus “irmãos árabes”, teriam sido massacrados. Para o autor, apesar do ódio, admiração e inveja entre os povos, as cruzadas teriam dinamizado as relações comerciais na perspectiva do encontro entre povos diferentes. Neste caso, sem maiores explicações, as regiões mediterrâneas passam a ter comércio (p. 252-254). Em grande medida, o autor não consegue ver a expansão medieval europeia como um fator complexo e acaba vinculando quase automaticamente tal expansão ao surgimento precoce do capitalismo. Para ele, a sociedade feudal mudou, o comércio e as cidades recuperaram seu dinamismo, dando “origem” ao que muito tempo depois se tornaria o capitalismo (p. 253).

Para conectar a Idade Média à Modernidade Capitalista, o autor faz uma relação lógica entre o suposto fim da violência, a tranquilidade social, o crescimento demográfico, a necessidade de mais alimentos à criatividade na fabricação de novas técnicas de cultivo (p. 254). Para o autor, crescendo a população e a produção, o comércio aumentou também, a troca entre os feudos dinamizou-se, muita gente passou a tentar a vida em outro lugar, nas cidades, pois a mão de obra era excedente. Muitos deles tornaram-se ladrões e mendigos, ressalta o autor, sem maiores explicações para a criação e reprodução da desigualdade e da marginalização social. O comércio aumenta,

a economia monetária também, as feiras surgem e se desenvolvem e se tornam cidades (p. 255-256). Daí o surgimento dos burgos e burgueses. O autor faz uma distinção entre a concepção de burgueses contemporâneos e burgueses medievais, porém restringe esse termo aos moradores da cidade e aos comerciantes (p. 256). Destaca as atividades bancárias e os empréstimos a juros e opõe o senhor feudal (riqueza fundiária) e o burguês (riqueza monetária), numa clara simplificação das relações externas e internas desses grupos sociais. Enfatiza ainda a oposição entre cidade e campo, apesar de demonstrar o interesse do senhor de terras em dominar a cidade. Esta, muitas vezes, para Schmidt, tinha um governo próprio e autônomo: seria a comuna! Apesar da ressalva, o autor diz que o comércio, as cidades, o dinheiro, o lucro e a burguesia demonstravam que estava nascendo uma nova maneira de produzir e uma nova civilização: o mundo da burguesia e do capitalismo (p. 256).

É quase desnecessário dizer que a Península Ibérica foi praticamente ignorada no conjunto desses capítulos. Isso é reforçado por dois outros aspectos aparentemente secundários: a) há poucas referências geográficas, o que reforça a ideia de que tudo se passou de forma semelhante no mundo europeu medieval: trata-se de uma espécie de “sincronidade” geográfico-temporal ilusória; b) as iconografias foram utilizadas de forma descontextualizada, com poucas referências temporais e nenhuma explicação efetivamente históricas. Elas não são usadas como documentações ou complementos pedagógicos, mas sim como simples ilustração estética. Não há uma única iconografia sobre o mundo Ibérico medieval.

Na última seção dedicada ao medieval, a “Cultura Medieval” (no singular!) mais uma vez é associada à Igreja, ao Cristianismo e à Civilização da Europa Cristã (certa tradição historiográfica francesa), tudo isso visto através do prisma da unanimidade, homogeneidade e invariância. Tal como os Pilette, Schmidt questiona a noção preconceituosa de “Idade das Trevas”, demonstrando que “os homens medievais” (Quais homens? E as mulheres?) foram racionais, produziram arte e literatura. O parâmetro para questionar a associação entre Idade Média e as noções de “atraso” e “ignorância” é artístico, intelectual e literário. Assim, a “cultura medieval” teria sido um prolongamento, adaptação e simplificação respectivamente do mundo germânico e do mundo romano. Apesar de dicotomizar o mundo antigo e medieval, sem explicar o porquê, o autor considera que o latim, a arte, a literatura e a arquitetura são elementos

importantes para quebrar os estereótipos negativos da sobre a Idade Média (p. 260-261).

O autor associa entre si o domínio avassalador da Igreja, do cristianismo e do teocentrismo sem maiores relativizações. Coloca o monopólio da Igreja como algo dado e inquestionável, uma vez que a Igreja teria unido culturalmente a Europa (p. 263). Ao lado do papel da Igreja na “Cultura Medieval”, Schmidt destaca o lugar funcional das universidades na produção do saber, ignorando-se a Península Ibérica, destacando somente Bolonha, Paris e Oxford como centros de produção de saber universitário (p. 264)

Já a obra *Saber e fazer história*, de Gilberto Cotrim, dedica 5 capítulos cujos conteúdos estão implícita ou explicitamente relacionados ao período medieval: o capítulo 1 (Reinos germânicos e Império Carolíngio), o capítulo 2 (A sociedade medieval), o capítulo 3 (A cultura medieval e a influência do cristianismo), o capítulo 4 (O Império Bizantino) e, por fim, o capítulo 5 (Mundo Islâmico).

Assim, no primeiro capítulo, ele chama a atenção para os aspectos sociais, jurídicos, econômicos, políticos e culturais dos povos germânicos, baseando sua perspectiva em autores franceses ou antenados com a historiografia francesa, tais como Jacques Le Goff, Hilário Franco Junior, José Roberto Mello, Paulo Miceli etc. De forma mais crítica que os outros autores anteriormente citados, Cotrim parece sensível às discussões historiográficas contemporâneas ao discutir historicamente as noções de “bárbaro”, “etnocentrismo”, “germanização” e “romanização”, diferenciando e caracterizando a expansão germânica como invasões, colonizações e migrações. Além de demonstrar as motivações para esse processo, ele também procurou enfatizar a formação de uma pluralidade de reinos germânicos que substituiria a unidade política romana (p. 9-13). Logo após isso, o autor passa a discorrer sobre o Reino Franco, em especial, durante o governo da dinastia carolíngia, sublinhando o processo geral de formação, consolidação e fragmentação do Império Carolíngio e sua relação com as invasões dos séculos IX e X. Identifica-se diversos aspectos sociais, políticos e culturais do chamado Renascimento Carolíngio.

O capítulo 2 está estritamente articulado ao anterior, pois, como diz o autor,

No século X, várias regiões da Europa sofreram uma crise geral à qual estão associadas a desestruturação do Império Carolíngio e as invasões muçulmanas etc. Um clima de guerra e insegurança espalhou-se por várias regiões europeias ocidentais. Ao mesmo tempo, estruturava-se o que chamamos de feudalismo (p. 23).

Embora deixe implícito a identificação direta entre Feudalismo e Europa Medieval, Cotrim dá mais atenção à caracterização da sociedade medieval representada pelas visões clericais tais como *Oratores, Bellatores e Laboratores*. Diferente das outras obras analisadas, que pensam essa divisão tripartite como um dado sociológico-descritivo, ele está mais atento à dinâmica das representações. Além disso, o autor igualmente caracteriza a produção econômica, os regimes de produção, o senhorio, a servidão, além de apontar o processo de expansão geral com o crescimento populacional, técnico-econômico e urbano, com o desenvolvimento do comércio (rotas comerciais, feiras) etc. Seguindo uma cronologia tradicional, o autor discorre sobre a crise social, econômica, demográfica, política e religiosa nos séculos XIV e XV. Para o autor, “Os séculos XIV e XV, marcados por uma série de crises, mostravam certo esgotamento do sistema feudal” (p. 33). Do início ao fim, Feudalismo e Europa Ocidental Medieval são sinônimos e já preludiavam seu fim.

No capítulo 3, intitulado “A cultura medieval e a influência do cristianismo”, Cotrim também ressalta o papel da Igreja. Como ele mesmo diz,

Difundindo principalmente pela Igreja católica, o cristianismo nutriu grande parte das expressões culturais que marcaram as sociedades europeias da Idade Média. Arte, literatura, educação, costumes do cotidianos, aspectos morais, formação das mentalidades tiveram a influências dos princípios cristãos (p. 38).

Diferente dos outros autores, que veem a Igreja Católica como uma instituição onipresente, onisciente e onipotente, Cotrim a vê em seu “papel articulador da cristandade europeia”. Por isso, demonstra como essa instituição estava relacionada com sua hierarquia interna, as universidades etc. De forma menos homogênea, Cotrim destaca os conflitos entre as instituições eclesásticas oficiais (Inquisição Medieval) e os movimentos heréticos etc.

Sobre o Império Bizantino, o autor sublinha a formação da cidade de Constantinopla, o governo de Justiniano, a produção jurídica (Código de Justiniano), a Revolta de Nika, o Cesaropapismo, as relações entre as Igrejas do Oriente e do Ocidente, as conexões entre política e religião (relação entre Igreja e Monarquia, iconoclastia), os aspectos econômicos, os aspectos culturais (arquitetura), educação e, por fim, o que chama de “declínio” do Império Bizantino. Nessa seção, a única menção

à Península Ibérica restringe-se à localização no mapa dos domínios restaurados do Império Bizantino, porém a autoria não faz nenhum comentário.

Logo após caracterizar a “Arábia” antes e depois de Maomé em termos especialmente religiosos, Cotrim identifica os fundamentos doutrinários do Islamismo, as diferenças entre sunismo e xiismo etc., baseando suas considerações na historiografia especializada, mas já clássica, tais como Desmond Steward, Robert Mantran e Mircea Eliade. Uma das primeiras menções feitas à Península Ibérica é algo pontual e correlacionado com o processo de expansão islâmica durante o séculos VII e VIII: “A expansão islâmica resultou na conquista da Pérsia, Síria, Palestina, Egito, noroeste da China, norte da África e, na Europa, quase toda a Península Ibérica (região atualmente ocupada por Espanha e Portugal)”.

É uma seção dedicada à expansão muçulmana em que se inclui a Península Ibérica de forma mais contundente, porém, ainda assim, essa região é pensada de forma muito superficial e descritiva. Aliás, trata-se de um dos poucos textos dedicados à caracterização da cultura “árabe”, entendida aqui como o conjunto que incluía língua, a culinária, a música, a arquitetura, a literatura etc. No entanto, o texto é uma adaptação da obra do autor José Arbex Jr., *Islão: um enigma de nossa época* (p. 68). Ao incluir a “Espanha” no circuito comercial no Mediterrâneo, o autor também destaca que “em Toledo, produziam-se ótimas espadas, cobiçadas pelos cavaleiros medievais”. (p.68)

Outro ponto interessante a ser destacado é o tema da descentralização do poder político do mundo muçulmano e a reação anti-islâmica quase “internacionalista” de portugueses e espanhóis. Para o autor, “Além das disputas internas pelo poder, havia também a reação dos povos conquistados, que lutaram contra a dominação árabe. Na Península Ibérica, por exemplo, portugueses e espanhóis uniram-se para expulsá-los daquele território”. (p. 70)

Enfim, em Cotrim, as menções ou referências à Península Ibérica aparecem em diferentes mapas tais como o relacionado com as migrações e invasões germânicas (p. 12), o dedicado à organização dos Reinos Germânicos no século VI (p. 14) e o voltado para representar as rotas secundárias das expansão comercial medieval (p. 30). Afora essas menções surdas, diferentemente do que ocorre com os outros livros, Cotrim destaca em um mapa as universidades de Palência, Valladolid, Salamanca, Coimbra e Lisboa, embora não caracterize a importância delas para o contexto histórico (p. 41).

Discorre-se sobre o domínio bizantino no sul da Península Ibérica em um mapa (p. 51). Em nenhum desses casos, há comentários expressivos e há diversas referências meramente descritivas e sem problematizações.

A obra intitulada *Navegando pela História*, das autoras Silvia Panazzo e Maria Luísa Vaz, está dividida em 3 unidades. A primeira é “A Idade Média no Oriente” (aqui subdividida entre “O Império Romano do Oriente” e o “Mundo Árabe”). De forma diversa da proposta dos irmãos Schmidt e semelhante à Cotrim, as autoras incluem no mundo medieval o Império Bizantino e o mundo muçulmano. A segunda parte é intitulada “Idade Média no Ocidente”, e está subdividida em duas outras seções (“A presença dos bárbaros no Ocidente” e o “Sistema Feudal”). A terceira parte está associada aos temas das crises do sistema feudal (“Transformações na sociedade medieval”, “A crise do século XIV e o renascimento cultural”). Com essa divisão, fica claro o intuito das autoras em destacar a Idade Média como prelúdio para se entender o sistema capitalista.

Depois de uma introdução sobre a relação entre passado e presente, com citação de Marc Bloch (historiografia francesa), a autora dedica-se de forma estanque à Idade Média do Oriente. Imagens iconográficas e fotografias são usadas para fazer pontes entre passado e presente, mas, curiosamente, há muitas imprecisões cronológicas. Depois de caracterizar o Império Bizantino sem maiores análises, as autoras destinam espaço à História da Família e do casamento em Bizâncio. Talvez, uma das marcas diferenciais da proposta didática da obra, comparando com as anteriormente citadas, seja a inclusão de uma espécie de História Social da Família ao longo dos capítulos. Trata-se de uma clara incorporação de parâmetros da História Cultural ou, mais precisamente, da Antropologia Cultural no âmbito da produção didático-escolar.

As autoras citam rapidamente a Península Ibérica como espaço de reconquista de Justiniano e restaurada aos bizantinos pelos visigodos. Sem maiores considerações, cita-se de relance a Península Ibérica como parte das conquistas árabes do século VIII. Na mesma página, elas mencionam o processo de “decadência” do Império árabe e destacam as guerras islâmicas com os cristãos da Península Ibérica a partir do século XI. A questão é posta de forma simplista e linear em um único parágrafo. Tratar-se-ia de guerras que vão do século XI ao XV.

Curiosamente, diferente de Schmidt, que usa um espaço específico para

caracterizar o mundo Ibérico e os Piletti, que praticamente o ignora, as autoras identificam a Península Ibérica através de seis imagens/fotografias atuais da arquitetura de inspiração islâmica, mas, vale lembrar, nenhum texto foi usado para esclarecer o domínio árabe-muçulmano na região ou que pudesse complementar e contextualizar as técnicas arquitetônicas evidenciadas nas imagens. É como se as representações imagéticas falassem por si mesmo, sem a necessidade de maiores análises e considerações do(a) historiador(a).

Um dos poucos textos que fazem referências ao mundo ibérico medieval e sua relação com o mundo árabe e islâmico é o trecho historiográfico citado pelas autoras. É o caso de um pequeno trecho sobre Averróis, de Córdoba, e do desenvolvimento da cartografia. Da mesma forma, fica a impressão de que a antiguidade foi preservada nesse exemplo e a modernidade foi antecipada por ele.

É o século XV o escolhido para se falar do mundo muçulmano, de Portugal e da Espanha, estes vistos como “países” prontos (p. 31-32). Há apenas uma menção aos visigodos e uma referência surda no mapa de deslocamento desses povos germânicos. Tal como ocorre com Schmidt e os Piletti, Panazzo e Vaz reproduzem considerações factuais e personalistas, citando a Península Ibérica no contexto de formação e expansão do Império Carolíngio. Trata-se da Batalha de Poitiers, em 732, quando os muçulmanos teriam sido contidos e impedidos de avançar para além do território peninsular em direção ao norte (p. 39).

No capítulo 4, elas chamam a atenção para o sistema feudal em suas dimensões e características econômicas, políticas e sociais. As autoras dizem que o sistema feudal é sinônimo de feudalismo e que teria a vigência de 1000 anos, V-XV. Para elas, a sua “origem” localizar-se-ia no mundo romano e germânico. Sem maiores considerações, curiosamente, coloca-se a imagem de um castelo e de uma muralha de Portugal sem nenhum comentário sobre o problema da existência ou não do feudalismo nesse reino (p. 48).

Seguindo uma orientação temática recorrente na obra, as autoras citam Philippe Ariès, seguindo a obra *História Social da Criança e da Família*, para tratar da história da família, da educação das crianças e das diferenças entre educação feminina e masculina, mas não aprofundam o tema, reproduzindo uma perspectiva de longa duração. Dada a generalização, não mencionam obviamente a Península Ibérica (p.50).

As autoras falam da fragmentação política do ocidente medieval e dizem que as exceções de unidade foram o Império Carolíngio e o Sacro Império Germânico, mas não explicam as razões disso e nem citam outras experiências anteriores (p. 51). As transformações ocorridas no período medieval são associadas à crise do sistema feudal, entre os séculos XI e XV: crescimento populacional, oposição ante os senhores feudais, comércio, cidades, corporações de ofício, oposição entre economia natural e economia monetária (p. 64). A perspectiva é evolucionista, dicotômica e simplista. Para as autoras, a economia natural enfrentou a economia monetária, e as aldeias e castelos passaram a coexistir com cidades e burgos, o clero e a nobreza começaram a conviver com o crescente poder dos reis e o enriquecimento dos comerciantes, a servidão deu lugar ao trabalho livre, os juramentos foram substituídos por relações contratuais, obviamente não à maneira medieval, os costumes tiveram que se submeter às leis escritas, as afirmações da Igreja Católica já não eram aceitas como verdades absolutas etc. Tudo isso parece legitimar uma visão extremamente teleológica e linear, pois parece preparar o medievo para se transformar necessária e imperativamente em modernidade (p. 64).

Depois de caracterizar as cruzadas, identifica-se um trecho geral sobre cultura popular e oralidade, fundamentando-se na perspectiva de Mikhail Bakhtin (p. 71). Além de mencionar Henri Pirenne, sobre a fabricação de tecidos por mulheres e depois por homens (p. 72), as autoras relacionam descontextualizadamente o crescimento urbano e comercial às universidades europeias na Baixa Idade Média. Cita-se a universidade de Coimbra por meio de fotografias, mas não há sequer um comentário para esclarecer o papel desta universidade para o mundo medieval. Da mesma forma, é apresentada duas fotos de Óbidos, em Portugal, e Alicante, em Espanha, que são citados como exemplos de cidades medievais (p. 74). Efetivamente, a Península Ibérica mais uma vez é simplesmente uma ilustração ou um pano de fundo complementar que não acrescenta em quase nada às considerações feitas pelas autoras.

Para além das referências cartográficas ou menções esporádicas, a única seção reservada mais detidamente à Península Ibérica é a dedicada à crise do século XIV. Nessa seção, além de tratar sobre a crise propriamente dita, aponta a formação das monarquias nacionais europeias. Isso figura junto ao surgimento suposto da burguesia (vista de forma monolítica), ao renascimento urbano e comercial, e à economia

monetária. Pressupõe-se a existência de um “renascimento” sem maiores análises historiográficas. Apesar de dizer que França, Inglaterra, Portugal e Espanha tiveram sua própria história de centralização, hipervaloriza-se uma espécie de união firme entre a burguesia e o rei para todos os reinos (p. 80-81). Apenas uma página é reservada à formação das monarquias em “Portugal” e “Espanha”, mas tudo é posto de forma simplista, unilateral, homogênea e linear, e associado à Reconquista cristã, momento em que supostamente se implementaria as relações entre judeus, cristãos e muçulmanos. Tais relações são colocadas como uma combinação, uma soma de povos, e nada mais. Três mapas são reservados para demonstrar esse processo multissecular como se eles falassem por si (p. 88).

O texto de José Rivair Macedo e Mariley W. Oliveira, intitulado *Uma história em construção*, dedica cerca de cinco capítulos ao período medieval. De forma mais crítica e temática do que cronológica e descritiva, a obra está dividida da seguinte forma: “A Espada era a Lei: os reinos da Europa Medieval” (capítulo 9); “Aldeias, Castelos, Cidades: a dinâmica do crescimento europeu” (capítulo 10); “Homens de Boca e Mãos: a sociedade feudal” (capítulo 11); “O Corpo da Cristandade” (capítulo 12); “Família, Afetividade e Relações de Parentesco no Ocidente Medieval” (capítulo 13); “Homens e monstros: os povos orientais” (capítulo 14); “Tribos, Reinos, Impérios. A África antes da Conquista” (capítulo 15). Não vou considerar aqui todos os capítulos, pois muitos temas tratados por Macedo e Oliveira já figuram nos títulos expostos anteriormente. Aqui, concentrei a análise apenas nas seções dedicadas diretamente à Península Ibérica para demonstrar uma variância contra o tradicionalismo vigente em alguns livros didáticos.

Talvez, ao incluir entre os seus organizadores um medievalista (José Rivair Macedo), essas seções parecem não somente retomar temas tradicionais de forma mais analítica e inovadora, como também incorporar novas abordagens. Além de incluir povos geralmente negligenciados pela historiografia, tais como os escandinavos, os eslavos, os povos africanos etc. os autores, entre os que analisei, são um dos poucos exemplos que enfatizam criticamente um texto mais longo sobre os reinos cristãos da Península Ibérica e a relação com a Reconquista (p. 115-116). Nessa seção, retomam resumidamente o lugar geral que a Península Ibérica ocupou em períodos pré-cristãos, no Império Romano, e nos períodos visigótico e islâmico. Depois de apontar

genericamente os aspectos político-militares, econômicos e territoriais do processo de organização dos reinos cristãos ibéricos (Castela, Leão, Navarra, Aragão e Portugal), da convivência e dos conflitos multiétnicos e religiosos entre cristãos, judeus e muçulmanos, sobretudo no contexto da Reconquista, José Rivair Macedo e Mariley W. Oliveira destacam a necessidade de se pensar as relações complexas entre unidade e diversidade na formação das identidades europeias, desfazendo quaisquer visões monolíticas e teleológicas. E acrescentam em uma análise qualitativa:

Desse modo, do início ao fim do período geralmente denominado Idade Média, a configuração territorial da Europa foi marcada pela guerra e pela miscigenação de diferentes etnias. Celtas, germânicos, eslavos e árabes disputaram espaços, aproximando-se pacífica ou violentamente, criando tradições seculares e fixando-se permanentemente em um mesmo território continental (p. 116).

E ainda sublinham:

Como você pode ver, entretanto, este território jamais foi uniforme, nem teve nenhuma unidade e identidade duradoura. Se, na atualidade, o continente europeu parece possuir traços comuns, certamente as bases desta identidade surgiram nos mil anos da Idade Média. É por isso que os historiadores afirmam que a Europa nasceu na Idade Média. A convivência entre povos aparentemente tão diferentes não se fez pacificamente. A ideia de “uma” Europa é tão ilusória quanto a ideia de “uma” África ou “uma” América. A História é construída justamente pelas diferenças, desigualdades e pela luta por afirmação política, econômica e territorial (p.116).

Enfim, em termos gerais, como podemos perceber, com exceção do texto de Macedo e Oliveira, e até certo ponto do de Cotrim, os capítulos estudados parecem reproduzir uma série de estereótipos sobre o medievo: uma Igreja vista como uma instituição altamente organizada, poderosa e tentacular; toda a população medieval cristã era vista como formada por crentes obedientes; a Idade Média, por vezes, é sinônimo de Feudalismo; as sociedades das três ordens são interpretadas como evidência ou fato sociológico baseado em um realismo acrítico; reproduz-se diversas dicotomias sem relativizações e análises históricas (romanos *versus* bárbaros; campo *versus* cidade, economia feudal *versus* economia monetária, senhor feudal *versus* burguês, servos *versus* senhor etc.); a expansão comercial, o crescimento das cidades e a burguesia emergem monoliticamente antecipando o capitalismo; existe um destaque geográfico para o medievo “inglês”, “francês” e “alemão”, reforçando muitas vezes, perspectivas tradicionais de certa historiografia francesa. Além disso, muitas vezes,

fala-se da Idade Média em geral sem referências geográficas e temporais ou sem considerações mais contextualizadas; há poucas menções às mulheres (exceção de Panazzo/Vaz e Schmidt, mas isso é feito de forma descritiva e dentro de uma visão tradicional da Histórica Social da Família e das Mulheres).

Em termos mais específicos, as referências à Península Ibérica são ainda mais problemáticas, visto que, além de incluir esses estereótipos genéricos sobre o medievo, ainda contam igualmente com uma espécie de política de esquecimento. Salvo exceções, podemos dizer que há um discurso rarefeito ou silencioso atravessando as narrativas elaboradas sobre esse tema nos livros didáticos analisados. Somente os mapas ou poucos textos parecem contradizer essa afirmação. Quando muito, a Península Ibérica só adquire cidadania historiográfica no momento em que os autores e autoras constroem *links* supostos ou pressupostos com a modernidade (expansão comercial e marítima, desenvolvimento econômico-técnico, capitalismo, formação das monarquias nacionais etc.). Até mesmo a vinculação da Península Ibérica com o mundo muçulmano segue explícita ou implicitamente essa pauta, uma vez que o estudo dessa região só se justificaria porque tornar-se-ia um veículo transmissor de saberes e técnicas “árabes” para a modernidade. Como se vê, em maior ou menor grau, de maneira dita ou não-dita, a perspectiva é significativamente teleológica.

Razões para a política de esquecimento nos livros didáticos

Há diversas razões que ajudam a entender essa política de esquecimento, as lacunas, as raridades de menções, os equívocos ou a marginalidade dos Estudos Ibéricos medievais nos livros didáticos? Posso arriscar apenas algumas hipóteses provisórias.

A primeira razão tem a ver com o desenvolvimento em geral dos estudos medievais no Brasil, que ajuda a entender a incorporação mais efetiva do medievalismo nos livros didáticos. Sobre isso, concordo inteiramente com o que diz Andréia Frazão,

É visível, nos últimos, o desenvolvimento dos estudos medievais no Brasil. Até o fim da década de 90 haviam poucos doutores especializados em Idade Média atuando nas instituições de ensino superior no Brasil; eram raros os títulos sobre o medievo publicados por editoras brasileiras; não circulavam periódicos nacionais especializados exclusivamente no medievalismo; as bibliotecas universitárias praticamente não possuíam em seus acervos periódicos e livros sobre temáticas medievais; não existia uma associação que agregasse, em nível nacional, os interessados no ensino e na pesquisa da Idade Média; núcleos de medievalistas locais e/ou regionais eram praticamente inexistentes. (...) Além dos problemas de ordem mais geral,

que afetam outras áreas do conhecimento, tais como a escassez de materiais atualizados e específicos nas bibliotecas universitárias, a ausência de concursos públicos que reverte na falta de professores nas IES, os constantes cortes de auxílios e de bolsas de estudo, há muitos outros problemas de caráter específico. Para citar apenas alguns: [até a primeira metade da década de 90, na prática escolar, muito mais do que nos livros didáticos] as temáticas medievais não são valorizadas no ensino fundamental e médio, o que não só leva a um desconhecimento quase total do período como também não estimula o interesse pelos estudos medievais ainda na infância ou na adolescência; a grande maioria das escolas não inclui, em sua matriz curricular, disciplinas como o latim, não propiciando aos posterior aprofundamento dos estudos sobre o medievo em diversas áreas; salvo no caso dos cursos de Graduação em História, em que há pelo menos uma disciplina obrigatória dedicada à Idade Média, os estudos medievais concentram-se nos programas de pósgraduação, com raras exceções. E mesmo na pósgraduação ainda representam uma minoria (SILVA, 2004, 2004, p. 92-93).

Tudo isso tornou tardia a incorporação, direta ou indireta, de temáticas sobre o medievo nos livros didáticos. Tratar-se-ia de um limite mais genérico.

Nas décadas de 80 e 90, houve outro aspecto institucional importante: muitas pessoas que tinham feito mestrado continuaram no campo, fazendo doutorado dentro e fora do Brasil. Mas esses especialistas se concentraram no Sudeste e no Sul. Mesmo os professores que atuaram fora desse eixo regional, muitas vezes, foram formados nele e/ou estiveram relacionados aos pesquisadores/professores do Sudeste/Sul. Como muitos estudaram com professores brasileiros ou estrangeiros que pesquisaram sobre a França Medieval, ou pelo menos estavam familiarizados com a historiografia francesa, inglesa ou alemã, a bibliografia tratada na academia seguia essa orientação. Essa formação dentro da universidade é outro limite.

No final da década de 90 e na primeira década do século XXI, a situação começou a mudar e isso obviamente afetou a produção didática. Isso fica patente no esforço de atualização feito pelas editoras e autores(as), professores(as) e escolas. Sintoma disso, é o próprio número de páginas dedicadas à Idade Média. Apesar das divergências temáticas, de abordagens e de metodologias, e sobre qual a melhor série ou o ano adequado para se ministrar as lições sobre o medievo (6^a, 7^a e 8^a?), nos últimos anos há muito mais seções sobre o período medieval que, muitas vezes, ultrapassam as 50 ou 60 páginas. Isso é um passo importante no caminho da construção, do desenvolvimento e da consolidação da medievalística e da medievalidade escolares.

Sem dúvida, a política federal de universalização do livro didático tem um papel

importante nesse processo, juntamente com a atuação das editoras. Neste último caso, o processo de atualização dos livros didáticos foi facilitado pelo próprio desenvolvimento do mercado editorial (o livro didático se tornou uma espécie filão bastante lucrativo e disputado pelas editoras estrangeiras e brasileiras), forçando-o a ser cada vez mais criativo nas apresentações dos textos, mapas, iconografias, ilustrações, atividades, exercícios, indicações de bibliografia, filmes, orientações de pesquisa etc. Daí a apropriação de temas e abordagens ligadas à História do Cotidiano, História das Mulheres, Parentesco, Religião e Religiosidade, Vida Social, Conflitos Sociais, Vida Cultural, relativizando um pouco a prioridade dada à História Político-Militar ou a História mecanicamente economicista.

Ou seja, em grande medida, há mais de um década, o mercado do livro didático dedicado ao medievo tem sofrido um aquecimento com revisões de textos clássicos e atualizações resultantes de novas abordagens teóricas e metodológicas. Como aponta Ricardo de Paula, “Recentemente ocorreu uma acentuada profissionalização na indústria editorial e um enorme crescimento na produção de livros didáticos que, na verdade, se relaciona com o aumento de seu mercado consumidor”.⁹ Não podemos esquecer que esses livros são produzidos com o intuito de atualizar e, por isso, apropriam-se de material disponível no mercado editorial ou que é compatível com determinadas tradições historiográficas dos autores.

Associando isso às novas pedagogias, que tentam valorizar os alunos como sujeitos da aprendizagem, em especial no campo da leitura, escrita e interpretação, o medievo passou a ser um elemento fundamental. Veja, mesmo que como uma espécie de “tempo-pretexto” ou tendo valor em si mesmo, a Idade Média passou a ser cada vez mais uma das referências históricas para a aprendizagem em geral. Pelo menos potencialmente!

Tudo isso explica a construção do relativo prestígio do medievo nos livros didáticos da última década, mas não explica a marginalidade sobre a presença da Península Ibérica Medieval nos Livros Didáticos. A despeito da superação dos limites ainda existentes sobre o desenvolvimento do medievalismo no Brasil, há uma escassez de bibliografia que tornou e torna difícil o acesso, sugestão e divulgação de novos temas e novas abordagens diferenciadas sobre os estudos medievais ibéricos. Isso impactou, claramente, a dinâmica de produção de livros didáticos.

Outra razão tem a ver com o mercado editorial. É justamente na década de 80 e principalmente 90, que muita coisa foi traduzida pelas editoras portuguesas e brasileiras. Neste caso, a forte tendência francófila influenciou tal mercado, pois as bibliotecas, livrarias e pesquisadores particulares tiveram acesso ao que estava disponível nesse período. É claro que isso tem relação com o movimento dos *Annales* que viam, por exemplo, os medievalistas como Marc Bloch, Jacques Le Goff e George Duby como referências inovadoras e obrigatórias, mas também como alternativas diante das visões simplificadas de algumas tendências marxistas nos livros didáticos. Em parte, o eram, mas o limite foi a ênfase em outras regiões europeias, excetuando a Península Ibérica. Não é a toa que os temas e abordagens estavam muito mais afinados com a tradição dos *annalistes*, sobretudo como complemento ou alternativa a certa vulgarização de perspectivas marxistas ortodoxas e desatualizadas.

Relacionado a isso, há, portanto, uma espécie de marginalidade dos estudos hispânicos e portugueses no quadro geral do medievalismo europeu e brasileiro: França, Inglaterra e Alemanha figuram em primeiro lugar nas produções bibliográficas traduzidas ou que chegaram ao Brasil em contraste com as regiões como Itália, Portugal e Espanha. Isso, obviamente, limitou o acesso ao material novo daqueles que se dedicaram à produção de livros didáticos. A influência francófila era (e ainda o é?) tão grande que, mesmo a disponibilidade de textos sobre Portugal Medieval, dada a relação linguística e historicamente mais próxima com o Brasil, a Idade Média Peninsular foi muitas vezes ignorada.

Em grande medida, isso também tem relação com a maneira como se concebe o tempo histórico de uma forma geral. Boa parte dos autores não tenta ver a Idade Média em seus próprios termos, analisando-a em função dos tempos vindouros. Determinados “países” ou reinos são priorizados dentro de uma perspectiva teleológica, pois o papel do texto didático seria ajudar a entender as razões presentes na Idade Média que deram “origem” (o termo é usado explícita ou implicitamente) aos Estados e Economias modernas e contemporâneas. Então, França, Inglaterra e Alemanha deveriam ser estudadas, porque protagonizaram a vida política, militar, econômica, cultural e religiosa na modernidade ou contemporaneidade. Portugal e Espanha só teriam relevância como temas escolar-científicos em função da sua relação com o processo de expansão comercial e marítima, que teria resultado na colonização do Novo Mundo. Até

mesmo nos textos didáticos mais inovadores, não é a toa que as temáticas da Reconquista e da centralização monárquica portuguesa e espanhola são tratadas por quase todos os(as) autores(as) consultados. Os períodos anteriores à Baixa Idade Média raramente figuram como aspectos relevantes e pertinentes para serem analisados com mais profundidade. Quando são tratados, isso é feito de uma forma simplista, unilateral, linear, descontextualizada e, muitas vezes, equivocada do ponto de vista historiográfico. Comparar tempos diferentes de forma pontual ou sistemática é possível e, por vezes, dependendo do tipo de História que se quer fazer, é algo necessário. Mas pode-se fazer isso sem critérios claros e de forma arbitrária em termos teóricos, metodológicos e epistemológicos? Quando estão em jogo as relações mútuas entre os conteúdos acadêmicos e os didático-escolares, como se pode tornar menos lacunar, e mais crítica e precisa, a presença da Península Ibérica na medievalística e medievalidade escolares?

Talvez, ligado a tudo que foi dito, toda essa insensibilidade espaço-temporal funciona como reveladora de divergências mais profundas que dizem respeito ao estatuto e mesmo ao próprio objeto do conhecimento histórico. Afinal, o que seria central e periférico em termos temáticos e teórico-metodológicos e temporais na formulação de uma História Medieval da Península Ibérica? Por que estudar isso no Brasil? Posso destacar uma razão mais ingênua e atribuir essa política de esquecimento ao puro e simples esquecimento, o que seria em nada alentador!

REPRESENTATIONS IN MEDIEVAL IBERIAN PENINSULA TEXTBOOKS: THE (MIS)MATCHES BETWEEN THE SCHOOL AND THE ACADEMY?

Abstract: *This article aims to discuss how the Medieval Iberian Peninsula has been represented in contemporary textbooks. To this end, the analysis focused on the particular perspective of five works produced for the school, trying to think critically sections devoted to the Middle Ages, in general, and directly or indirectly linked to the Medieval Iberian Peninsula. Basically, I think also how academic knowledge and school is (dis)articulated in texts aimed at first for a public school institutions.*

Keywords: *Iberian Peninsula; The Middle Ages; Textbook*

Referências bibliográficas

BARROS, José D'Assunção. Passagens da Antiguidade Romana ao Ocidente Medieval: leituras historiográficas de um período limítrofe. **História**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 547-573, 2009.

BASTOS, Mario Jorge da Motta; RUST, Leandro Duarte. "Translatio Studii". A História Medieval no Brasil, **Signum**, n.10, p. 163-188, 2009.

CAINELLI, Marlene Rosa. Os saberes docentes de futuros professores de história: a especificidade do conceito de tempo. **Currículo sem Fronteiras**, v. 8, n.2, p. 134-147, Jul/Dez 2008.

CARDOSO, C.F. VAINFAS, R. (Org.) **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Epistemologia pós-moderna, texto e conhecimento: a visão de um historiador. **Revista Diálogos**. Maringá, v. 3, n. 3, 1999.

CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. **O mercado do livro didático no Brasil: da criação do PNLD à entrada do capital internacional espanhol (1985-2007)**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007.

COTRIM, Gilberto. **Saber e fazer história, 6ª série**. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 10-72

FRANCO JÚNIOR, Hilário. Introdução. In: _____. **A Idade Média: nascimento do ocidente**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

FRAZÃO DA SILVA, Andreia C.L. Alguns apontamentos acerca dos germanos nos livros didáticos de História no Brasil. **Mirabilia** 4, 2004. Disponível na Internet via <<http://www.revistamirabilia.com/nova/index.php/numeros/2011-08-15-05-52-35/2004>>. Acesso em julho de 2012.

PEREIRA, Nilton Mullet. As representações do outro nos livros didáticos de História, no Brasil e na Espanha: uma leitura inicial. **Revista Iberoamericana de Educación**, n. 50/6 – 25 de outubro de 2009. PEREIRA, Nilton Mullet. Imagens da Idade Média na cultura escolar. **Aedos, Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS**, v. 2, n. 2, 2009. Disponível na Internet via <<http://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/9834/5655>>. Acesso em julho de 2012.

FRAZÃO DA SILVA, Andreia C.L. Reflexões sobre o uso da categoria gênero nos estudos de História Medieval no Brasil (1990-2003). *Caderno Espaço Feminino*, v. 11, Jan./Jul., p. 92-93, 2004.

HORIKAWA, Alice Yoko; JARDILINO, José Lima. A formação de professores e o livro didático: avaliação e controle dos saberes escolares. **Revista Lusófona de Educação**, n. 15, p. 147-162, 2010.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2006, p. 29.

LANGER, Johnni. O ensino de História Medieval pelos quadrinhos. **História, imagem e narrativas**, n. 8, abril, 2009. Disponível na Internet via <<http://www.historiaimagem.com.br>>. Acesso em julho de 2012.

LIMA, Douglas Mota Xavier. Visões da Idade Média: análise da representação da Europa medieval. **XIII Encontro de História, Anpuh-Rio, Identidades**. Disponível na Internet via <http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212966170_ARQUIVO_visoesdaida>

[demedia.pdf](#)>. Acesso em julho de 2012.

MACEDO, José Rivair. Os estudos medievais no Brasil: tentativa de síntese. **Reti Medievali Rivista**, v. 7, n.1, gennaio-giugno, 2006. Disponível na Internet via <**Erro! A referência de hiperlink não é válida.**>. Acesso em julho de 2012.

MACEDO, José Rivair. Repensando o ensino da Idade Média no ensino de História. *In*: KARNAL, Leandro. **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2004.

MACEDO, José Rivair; OLIVEIRA, Mariley W. **Uma história em construção**. São Paulo: Editora do Brasil, 1999, p. 107-207.

MACEDO, José; MONGELLI, Lênia M.M. (Orgs). **A Idade Média no Cinema**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

PANAZZO, Silvia; VAZ, Maria Luísa. **Navegando pela História, 6ª série**. São Paulo: Quinteto Editorial, 2002, p. 7-106.

PAULA, Ricardo. **A política de seleção e distribuição dos livros didáticos de História no Estado de São Paulo (1997-1999)**. Disponível na Internet via <<http://168.96.200.17/ar/libros/anped/0505P.PDF>>. Acesso em julho de 2012.

PEREIRA, Nilton Mullet, Representações da Idade Media no Livro Didático. *In*: **Anais do XXIV Simpósio Nacional de História**, Anpuh, São Leopoldo/RS, Unisinos, 2007. Disponível na Internet via <<https://docs.google.com/viewer?url=http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Nilton%2520Mullet%2520Pereira.pdf&embedded=true&chrome=true>>. Acesso em julho de 2012.

PILETTI, Nelson; PILETTI, Claudino. **História & Vida Integrada. 6ª Série**. São Paulo: Ática, [s.d.], p. 9-70.

PRADO, Eliane Mimesse. A pratica pedagógica dos professores de História no uso dos livros didáticos. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.35, p. 96-107, set.2009. Disponível na Internet via <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/35/art07_35.pdf>. Acesso em julho de 2012.

PRADO, Eliane Mimesse. Livros didáticos na prática pedagógica dos professores de História. **Dialogia**, São Paulo, v. 8, n.1, p. 93-102, 2009.

RUCQUOI, Adeline. De los reyes que no son taumaturgos: los fundamentos de la realeza en España. **Relaciones**, México, v. XIII, n. 51, p. 55-100, 1992.

SARTIN, Gustavo H.S.S. O surgimento do conceito de “Antiguidade Tardia” e a encruzilhada da historiografia atual. **Brathair**, v. 9, n. 1, p. 15-40, 2009.

SCHMIDT, Mario Furley. **Nova história crítica**. São Paulo: Nova Geração, 1999, p. 206-269.

SILVA, Edlene Oliveira. Lições sobre a Idade Média: representações do medievo nos livros

didáticos de ensino fundamental. **Anais Eletrônicos do IX Encontro Nacional dos Pesquisadores do Ensino de História** 18, 19 e 20 de abril de 2011– Florianópolis/SC. Disponível na Internet via <<http://abeh.org/trabalhos/GT10/tcompletoedlene.pdf>>. Acesso em julho de 2012.

SILVA, Gilvan Ventura. O fim do mundo antigo: uma discussão historiográfica. **Mirabilia** 1, 2001. Disponível na Internet via <http://www.revistamirabilia.com/nova/images/numeros/01_2001/05.pdf>. Acesso em julho de 2012.

VIEIRA JÚNIOR, Rivadávia Padilha. A Idade Média fantasiada do mundo de Oz: percepções de medievalidade no filme O Mágico de Oz (The Wizard of Oz, 1939). **Aedos, Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS**, v. 2. n. 2, 2009. Disponível na Internet via <<http://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/9876/5746>>. Acesso em julho de 2012.

Notas

¹ Destaco aqui a Escola dos *Annales*, excluindo os outros horizontes historiográficos, não de forma arbitrária, mas em função das apropriações do seu legado para os livros didáticos consultados. A produção de tais livros coincide com tentativas de relativização das visões mais ortodoxas do marxismo também incorporadas por eles. Cf. CARDOSO; VAINFAS, 1997, p. 375-399; CARDOSO, 1999; KUHN, 2006, p. 29.

² Cf. BASTOS, 2009; MACEDO, 2006.

³ Cf. PEREIRA, 2007.

⁴ Cf. HORIKAWA, 2010; PRADO, 2009; CAINELLI, 2008.

⁵ Cf. SILVA, 2011; LIMA, 2008; SILVA, 2004 ; PEREIRA, 2009a; PEREIRA, 2009b.

⁶ Cf. MACEDO, 2009; LANGER, 2009; VIEIRA JÚNIOR, 2009.

⁷ Cf. SILVA, 2001; BARROS, 2009; SARTIN, 2009.

⁸ Cf. RUCQUOI, 1992.

⁹ Cf. PAULA, 2000, p.1; CASSIANO, 2007.